



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Fluxos Migratórios e Políticas Sociais

**Reflexões dos Assistentes Sociais sobre Imigração: o debate
presente nos periódicos científicos**

Bruna Evelin da Silva Santos¹
Evelyn Secco Faquin²

Resumo: O presente trabalho teve como objetivo identificar o debate da categoria profissional de assistentes sociais, expresso nos artigos de periódicos científicos, sobre os fluxos migratórios internacionais recentes. Para sua construção nos valem da abordagem qualitativa, tendo enquanto recurso metodológico a pesquisa bibliográfica, realizada junto a artigos de periódicos classificados pela Área de Serviço Social na CAPES como Qualis A1 e A2, publicados entre 2008 e 2018. As palavras-chaves que nortearam a coleta de dados foram: imigração/imigrações; migração/migrações; fluxos migratórios internos/externos/internacionais.

Palavras-chave: Fluxos Migratórios Internacionais; Serviço Social; Produção do Conhecimento.

Abstract: The present study aimed to identify the debate of the professional category of social workers, expressed in the articles of scientific journals, on recent international migratory flows. For its construction we use the qualitative approach, having as methodological resource the bibliographic research, carried out next to articles of periodicals classified by the Area of Social Work in CAPES as Qualis A1 and A2, published between 2008 and 2018. The keywords that guided the data collection were: immigration / immigration; migration / migration; internal / external / international migration flows.

Keywords: International Migration Flows; Social Work; Knowledge Production.

INTRODUÇÃO

A partir da evidência dos fluxos migratórios recentes, sobretudo de sentido Sul-Sul, imigrantes passam a se tornar público alvo das políticas sociais, sobretudo públicas, na realidade brasileira. Neste contexto, o assistente social, enquanto profissional central na execução dessas políticas, tem tido enquanto requisição a construção de respostas

¹ Discente do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bolsista de Iniciação Científica (CNPq). E-mail: bruhevelin12@gmail.com.

² Doutora pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: evelynseccofaquin@gmail.com.



profissionais junto às demandas postas por estes sujeitos.

Assim, tivemos como objetivo neste estudo, identificar o debate da categoria profissional de assistentes sociais, expresso nos artigos de periódicos científicos, sobre os fluxos migratórios internacionais recentes. Para a construção do presente trabalho nos valem da abordagem qualitativa, tendo enquanto recurso a pesquisa bibliográfica³.

A coleta de dados foi realizada em periódicos brasileiros que disponibilizam suas publicações na Rede Mundial de Computadores (*Online*), classificados pela Área de Serviço Social na CAPES como Qualis A1 e A2, publicados entre 2008 e 2018. Para subsidiar nossa busca definimos enquanto palavras-chaves: imigração/imigrações; migração/migrações; fluxos migratórios internos/externos/internacionais. Agregamos a esta busca os critérios de selecionarmos apenas artigos que possuíam versões em língua portuguesa e que seus autores fossem assistentes sociais ou bacharéis em Serviço Social. Tendo em vista o interesse de identificarmos o debate no interior da categoria acerca da imigração.

1 FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEOS

Os fluxos migratórios contemporâneos consistem em um fenômeno complexo e heterogêneo. Segundo Baeninger (2017), o que determina a atual expressão das migrações internacionais é a relação capital-trabalho, sob a égide do capitalismo financeirizado e globalizado, configuração que afeta diretamente o mercado de trabalho e as relações provenientes deste. Estando as migrações relacionadas a questões como busca por melhoria das condições materiais de vida; guerras; catástrofes naturais; conflitos ideológicos, políticos e étnicos.

Baeninger (2017) aponta que nos últimos anos, o Brasil, como um país signatário dos acordos internacionais, entra de modo mais efetivo na rota das migrações internacionais, sobretudo do fluxo denominado Sul-Sul, se apresentando como um dos principais países de acolhimento, sobretudo das nacionalidades “[...] até abril de 2016, dos imigrantes reconhecidos como refugiados (8.863 imigrantes), o maior grupo é da Síria, seguido por Angola, Colômbia, Congo, Palestina, Líbano, Iraque, Libéria, Paquistão, Serra Leoa”, sendo considerados fluxos migratórios (BAENINGER, 2017, p. 23).

É enfatizado por Baeninger (2017) as restrições de políticas migratórias dos países centrais, incumbindo aos países periféricos o acolhimento dos migrantes, sobretudo os solicitantes de refúgio, enfatiza que os haitianos que chegam ao Brasil já são colocados

³ “[...] procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 44).



como braços para o trabalho, com a emissão de carteiras de trabalho de modo imediato.

A autora questiona a receptividade do país, país este que desde o século XIX e início do XX, pelas mãos dos fazendeiros os colonos considerados “estrangeiros” eram levados para as fazendas para o trabalho. Também deixa evidente o lugar dos migrantes que não são brancos e nem europeus ocupam na sociedade brasileira, caracterizado por trabalhos precários, demonstrando que tipo de recepção é dada a estes, indicando um histórico de racismo e xenofobia mascarados no Brasil, frente às diferenças étnicas, religiosas e culturais.

Villen (2015) apresenta uma análise cruel referente aos denominados imigrantes indocumentados. Estes são barrados pela política migratória dos países centrais, sendo forçados a encontrar outras saídas para o sonho de uma vida melhor. Nessa trajetória, se vêem a mercê de todos os tipos de abusos e violências por parte dos “coiotes”, os endividamentos, a condição de vulnerabilidade econômica e social que os obriga a aceitar ao chegar aos países, como no Brasil, empregos muito precários, com salários muito baixos, além da desproteção trabalhista.

Segundo Villen (2015, p. 14-15) os imigrantes indocumentados vivem em constante pressão tanto psicológica quanto material:

Enfim, viver sem documento é ter medo de ser preso, deportado, denunciado, de pagar multas, de ter que abandonar tudo, sobretudo, de perder o trabalho. A situação indocumentada é, portanto, também o ponto de chegada de viver sob a constante incerteza de quem precisa, absolutamente, trabalhar para pagar suas dívidas, se sustentar, sobreviver num país de destino desconhecido e, se conseguir, ajudar familiares que dependem da promessa de uma poupança mínima para vive.

Ainda segunda a autora a condição de imigrante indocumentado coloca em questão o racismo mascarado na sociedade brasileira, a vulnerabilidade social e econômica destes e ainda a linguística como barreiras postas aos imigrantes, ainda sendo explorados constantemente nas relações de trabalho, ocupando postos precários na indústria têxtil, construção civil, frigoríficos, entre outros.

Está é a face do capitalismo e atuação dos Estados com suas políticas cada vez mais restritivas de imigração, tendo como prioridade e sendo atrativa a estes, a mão de obra especializada, já os imigrantes indocumentados e refugiados pobres, negros e em situação de vulnerabilidade tanto econômica quanto social das periferias, são jogados à sua própria sorte e expostos a todo tipo de abuso e violência em total desproteção nestes mesmos Estados.

Frente a estes novos desafios dos fluxos migratórios do século XXI é necessário nos países de acolhimento, o planejamento de novas políticas de proteção social e aprimoramento das que já existem para que se tornem acessíveis aos imigrantes.



2 IMIGRANTES ENQUANTO PÚBLICO A SER ATENDIDO PELO SERVIÇO SOCIAL

A presença de imigrantes no território brasileiro, segundo Faquin e Bettiol Lanza (2018) não impacta somente as relações de trabalho, mas, o conjunto das políticas sociais. É exigido ao Estado brasileiro, enquanto sociedade receptora dos fluxos Sul-Sul, que invista em políticas sociais, enquanto respostas às demandas provenientes deste segmento populacional.

Souza et al (2018) problematizam que imigrantes recentes, passam a vivenciar dificuldades comuns aos cidadãos nacionais, relacionadas ao insuficiente investimento em políticas sociais, no entanto, algo que agrava sua situação é cotidianamente não serem vistos enquanto público das políticas. Equívoco este, que parte da compreensão errônea de que o acesso à cidadania estaria vinculado à nacionalidade (NOGUEIRA, 2009).

Nessa direção, no conjunto de profissionais alocados no interior das políticas sociais (gestão e execução), estão os assistentes sociais. Por atuar na reprodução das relações sociais, as mudanças oriundas do movimento do capital, rebatem diretamente no cotidiano de trabalho dos profissionais de Serviço Social (SOUZA ET AL, 2018). Por consequência, assistentes sociais, são requisitados para o atendimento e construção de respostas interventivas direcionadas às necessidades sociais dos usuários dos serviços sociais, passando a compor esse público, imigrantes.

Segundo Torres (2017, p. 2) o Serviço Social⁴:

É uma profissão reconhecida pela sua natureza analítica e interventiva, o que demanda aos assistentes sociais a análise da vida social, o planejamento e a construção de respostas profissionais, mediatizadas pelas necessidades sociais identificadas e experienciadas pelos sujeitos que buscam no trabalho deste profissional, respostas a suas necessidades. Cabe dizer que o Serviço Social é uma profissão requisitada pelo Estado e suas instâncias para atender as necessidades sociais - via políticas públicas - decorrentes das expressões da "questão social".

Sendo uma profissão legitimada pelas necessidades do modo de produção capitalista, deve responder às demandas deste, porém, a partir de sua própria construção histórica⁵ e documentos que a balizam, imprime a seu exercício a defesa dos direitos humanos e sociais da classe trabalhadora.

Boschetti (2017, p. 56) indica que o tempo presente tem como marca a agudização das expressões da questão social, sendo uma dessas os deslocamentos forçados. Ao

⁴ "O Serviço Social vem se constituindo como profissão, inscrito na divisão social e técnica do trabalho, regulamentada pela Lei nº 8662/93, e balizada pelo Código de Ética, aprovado através da resolução CFESS nº 273/93, de 13 de março de 1993" (TORRES, 2017, p. 2).

⁵ "[...] o serviço social, em sua trajetória histórica e no seu amadurecimento teórico, político e ético, há pouco mais de trinta anos, principalmente a partir do Movimento de Reconceituação, passa a questionar suas bases tradicionais e colocar em questão o sistema capitalista bem como o seu processo de sociabilidade, além de reconhecer o projeto societário da classe trabalhadora e assumir com esta um compromisso de defesa dos seus direitos" (SOUZA ET AL, 2018, p. 346).



refletir acerca do refúgio, entende como “[...] talvez o mais bárbaro processo de expropriação contemporânea”, tendo em vista o “raptos” [...] de suas vidas, suas histórias, suas raízes, devido à violência, guerra civil, conflitos, pobreza ou desastres naturais”. Boschetti (2017) afirma que tem sido exigido aos assistentes sociais que intervenham junto a esses sujeitos (não só os solicitantes de refúgio, mas, também, os imigrantes recentes como um todo), os quais materializam um processo de expropriação das condições mínimas de vida, sendo este um desafio a ser enfrentado pela categoria profissional.

Enquanto profissionais que atuam nas políticas sociais, sobretudo, públicas, os assistentes sociais devem responder às demandas apresentadas pelos imigrantes, contribuindo na compreensão das particularidades e complexidades desta condição. Reconhecendo estes como sujeitos de direitos, possibilitando acesso a direitos sociais como saúde, assistência social, habitação, educação, entre outros. Agregando também visibilidade às expressões da questão social vivenciadas por estes como: desemprego, vulnerabilidade socioeconômica, múltiplas violências, preconceito/discriminação e exploração.

Porém o contexto de redução de investimentos em políticas sociais públicas e de acesso cada vez mais focalizado e individualizado, exige ao assistente social, reflexão constante acerca de seu exercício profissional⁶, com vistas à elaboração de propostas que articulem objetivos profissionais e demandas emergentes no tempo presente, conforme ilustra Yazbek (2016, p. 6):

Cenário que intensifica e aprofunda para as Políticas Sociais Públicas, que se tornam cada vez menos universais e mais focalizadas, demandas relacionadas à realização de direitos de seus usuários, âmbito privilegiado do exercício profissional e lugar onde o Assistente Social se vê submetido a processos de sucateamento e precarização de seu trabalho e enfrenta o desafio de desenvolver ações de resistência e construir alianças estratégicas na direção de um outro projeto societário.

Assim, para a construção de respostas profissionais junto às demandas do público imigrante, exige-se do assistente social a mobilização de saberes e competências⁷, com

⁶ Exercício este que se efetiva a partir da indissociabilidade das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão.

⁷ Guerra et al (2016, p. 1) afirma que competência “[...] consiste na articulação entre conhecimentos, atitudes e habilidades”. Segundo Torres (2017) o assistente social deve ser dotado das seguintes competências: analítica, interventiva, articuladora, política e investigativa. A competência analítica consiste na compreensão das contradições inerentes a sociedade capitalista, levando em consideração os determinantes econômicos, político, social e cultural dos fenômenos sociais constitutivos da sociedade burguesa apreendendo assim de forma crítica a realidade social. A competência interventiva deve demonstrar a capacidade criativa de construir respostas interventivas seja na execução, planejamento ou gestão das políticas públicas e sociais utilizando os instrumentos técnico-operativos crítica e efetivamente. A competência articuladora constitui em construir alianças com os sujeitos que são usuários dos serviços, mobilizar a rede socioassistencial, o Ministério Público e outros órgãos necessários em defesa dos direitos dos sujeitos. A competência política responde a tomada de posição do profissional que sendo hegemônica é em defesa do projeto societário da classe trabalhadora, que tem como finalidade a defesa intransigente dos direitos humanos e sociais, defesa radical da democracia, justiça social,



vistas a contribuir com a análise da vida social, a partir da apreensão da realidade social, agregando visibilidade às complexas expressões da questão social, em interface com a estruturação das políticas sociais vigentes. À materialização dessa contribuição, é essencial o desenvolvimento de estudos, pesquisas e problematizações que visem agregar densidade às nossas análises.

3 A IMIGRAÇÃO PELA ÓTICA DO SERVIÇO SOCIAL: O DEBATE NO INTERIOR DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS

Na atualidade o Serviço Social é reconhecido enquanto área de produção de conhecimento por seu constante aprimoramento na realização de pesquisas, socializadas em congressos; seminários; relatórios de pesquisa; livros; periódicos científicos e trabalhos de conclusão de curso em nível de graduação, especialização, mestrado e doutorado. De acordo com Bourguignon (2007, p. 52-53):

[...] o Serviço Social, em sua trajetória histórica, avançou quanto ao acúmulo de conhecimentos sobre o seu objeto de intervenção e sobre a natureza da própria profissão. Deixou de ser consumidor do saber produzido por outras áreas de conhecimento das ciências sociais e humanas e passou a ser protagonista de um processo que exige o acompanhamento sistemático e crítico das transformações societárias, que concretamente rebatem no exercício profissional cotidiano.

A busca pela consolidação enquanto área de produção de conhecimento, segundo Bourguignon (2007), teve início na década de 1980, com a ampliação dos cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado. Esse processo foi motivado pelo amadurecimento intelectual e ampliação de demandas sociais, tendo sido a inserção em ambiente universitário essencial. Bourguignon (2007, p. 49) pontua que ainda se apresenta como um desafio, a construção de “[...] articulações orgânicas, entre a produção de conhecimento e a prática profissional”.

Nessa direção, pautadas nas contribuições das produções do Serviço Social, como indica Bourguignon (2007, p. 47), para avanços “[...] no âmbito das políticas públicas, no enfrentamento das expressões da questão social em diferentes momentos históricos [...]”, propusemos no presente estudo, nos aproximarmos de uma das expressões dessa produção, os artigos presentes em periódicos científicos, com vistas a identificarmos o debate presente no interior da categoria acerca dos fluxos migratórios internacionais

equidade, liberdade, todos estes valores norteadores que estão presentes no Código de Ética de 1993. A competência investigativa sendo fundamental, pois, se refere à produção do conhecimento presente na área acadêmica como no cotidiano do assistente social na análise da realidade social, na construção de relatórios sociais, levantamento das demandas dentro dos territórios, entre outras questões.



recentes.

Conforme explicitado na introdução, realizamos nossa coleta de dados em periódicos brasileiros que disponibilizam suas publicações na Rede Mundial de Computadores (*Online*), classificados pela Área de Serviço Social na CAPES como Qualis A1 e A2. A partir da seleção chegamos ao número de 4 periódicos classificados como A1 e 9 periódicos classificados como A2.

Nossa primeira aproximação aos periódicos objetivou identificar o número de artigos publicados no período de 2008 a 2018, como exposto nos Quadros 1 e 2.

Quadro 1 – Artigos publicados em periódicos brasileiros classificados como Qualis A1 pela Área de Serviço Social .

PERIÓDICO	PERÍODO ANALISADO	NÚMERO DE ARTIGOS PUBLICADOS
Cadernos de Saúde Pública (Online)	2008-2018	3.429
Ciência & Saúde Coletiva (Online)	2008-2018	4.357
Revista Katálysis	2008-2018	372
Serviço Social & Sociedade	2010-2018 ⁸	352
TOTAL		8.510

Fonte: Pesquisa realizada pelas autoras nos *sites* dos periódicos (2019).

Quadro 2 – Artigos publicados em periódicos brasileiros classificados como Qualis A2 pela Área de Serviço Social.

PERIÓDICO	PERÍODO ANALISADO	NÚMERO DE ARTIGOS PUBLICADOS
Argumentum	2009-2018 ⁹	333
Cadernos do CRH	2008-2018	533
Em Pauta	2008-2018	262
História, Ciências, Saúde – Manguinhos	2008-2018	1.176
Psicologia & Sociedade	2008-2018	888
Revista de Políticas Públicas	2008-2018	669
Revista de Estudos Feministas	2008-2018	572
Ser Social	2008-2018	216
Textos e Contextos	2008-2018	322
TOTAL		4.971

Fonte: Pesquisa realizada pelas autoras nos *sites* dos periódicos (2019).

Verificamos assim, que em dez anos, foram publicados 8.510 artigos em periódicos A1 e 4.971 em periódicos A2, totalizando 13.481 artigos. Cabe observar, que embora os periódicos classificados como A1 sejam em menor número, seu volume de publicações, no que tange a frequência de lançamento de edições e números de artigos em cada uma destas, faz com que o montante de artigos seja muito superior aos A2.

Em um segundo momento, procurando responder a nossa questão inicial, passamos a realizar nossa pesquisa, no interior desses artigos a partir das palavras-chaves previamente definidas por nós, quais sejam: imigração/imigrações; migração/migrações; fluxos migratórios internos/externos/internacionais. Agregamos a esta busca os critérios de selecionarmos apenas artigos que possuíam versões em língua portuguesa e que seus

⁸ O periódico Serviço Social & Sociedade só começou a ser disponibilizado *Online* no ano de 2010.

⁹ O primeiro número do periódico Argumentum só foi publicado em 2009.



autores fossem assistentes sociais ou bacharéis em Serviço Social. Tendo em vista o interesse de identificarmos o debate no interior da categoria acerca da imigração.

Neste exercício foram identificados 11 artigos nos periódicos. Foi possível dividi-los em 2 grupos, os que direcionam suas reflexões ou perpassam em sua abordagem a temática das migrações internas (Quadro 3) e, aqueles que tinham enquanto temática as migrações internacionais (Quadro 4).

Quadro 3 – Artigos publicados em periódicos brasileiros classificados como Qualis A1 e A2 pela Área de Serviço Social que apresentam a temática das migrações internas.

PERIÓDICO/QUALIS	ANO	TÍTULO	AUTORAS
Revista de Políticas Públicas (A2)	2010	Relação entre pobreza e trabalho no Brasil: de seus dilemas na Política de Assistência Social	Cleonice Correia Araújo Maria E. F. D. Pereira Maria Virgínia M. Guilhon Salviana de M. S. Sousa
Revista de Políticas Públicas (A2)	2010	Capitalismo e Agricultura: encruzilhada contemporânea nas áreas rurais da Colômbia	Aura Gonzalez Serna
Revista de Políticas Públicas (A2)	2012	O conceito de território e as recentes políticas de desenvolvimento rural e suas contradições no estado do Maranhão	Aurora A. B. de Miranda
Revista de Políticas Públicas (A2)	2016	Peões do transporte e do trecho: mobilidade do trabalho em Barcarena	Marcel Hazeu Nádia S. F. Nascimento Mylena dos S. Santana Ana C. dos S. Ferreira
Revista Katálysis (A1)	2018	Questão agrária, migração temporária e superexploração: uma síntese a partir do Vale do Jequitinhonha	Cristiane L. S. de Souza

Fonte: Pesquisa realizada pelas autoras nos sites dos periódicos (2019).

Verificamos assim, que a partir da leitura dos 5 artigos, que a discussão das migrações internas perpassa sobretudo êxodo rural e migração campo-cidade e migração para o trabalho, não tendo sido identificado nenhuma menção ao exercício profissional do assistente social.

Consideramos reflexões acerca das migrações internas de extrema relevância no entanto, como o objeto deste trabalho se refere ao debate do Serviço Social acerca das migrações internacionais contemporâneas, selecionamos os artigos que versam sobre estas (Quadro 4) enquanto fonte de análise.

Quadro 4 – Artigos publicados em periódicos brasileiros classificados como Qualis A1 e A2 pela Área de Serviço Social que apresentação a temática das migrações internacionais

PERIÓDICO/QUALIS	ANO	TÍTULO	AUTORAS
Serviço Social & Sociedade (A1)	2015	A emigração dos assistentes sociais portugueses: faces do trabalho e do desemprego em tempos de crise e austeridade	Alcina M. M. de Castro Rosa Maria Tomé Virgínia Alves Carrara
Argumentum (A2)	2016	Fluxos migratórios, tráfico de mulheres e feminização da pobreza	Tatiana R. de Sousa Alano do C. Macêdo
		Imigração, Território e as políticas de Seguridade Social	Líria Maria Bettiol Lanza Amanda de B. Santos Julia Ramalho Rodrigues
		Mundialização do capital e mobilidade humana: cenários, atores e políticas	Marluce Souza e Silva Imar D. Queiróz Vera Ferreira



Textos e Contextos (A2)	2017	Negação de Direitos Socioassistenciais para Transfronteiriços Indocumentados: desafios para as cidades gêmeas	Vini Rabassa da Silva Daiane da Rosa Ugoski Glória Maria G. Dravanz
Revista Katálysis (A1)	2018	Imigrantes nos territórios: problematizações sobre intervenções profissionais nas políticas de seguridade social	Líria Maria Bettiol Lanza Evelyn Secco Faquin Paula Basilio A. Ribeiro

Fonte: Pesquisa realizada pelas autoras nos sites dos periódicos (2019).

A partir da análise dos artigos, verificamos que as produções acerca das migrações internacionais, no contexto estudado, se evidenciam a partir da segunda metade dos anos 2000, sendo a primeira de 2015, período correspondente a maior expressão do fluxo Sul-Sul. Foi possível através da pesquisa bibliográfica verificar também, que predominantemente os autores são da região sul do país, tendo estes escrito três artigos. Além de um artigo escrito por autores da região centro-oeste, dois da região sudeste e um por autoras de Portugal.

O artigo de Castro, Tomé e Carrara (2015) volta-se para a compreensão dos processos de emigração dos profissionais de Serviço Social de Portugal, refletindo acerca dos motivos que os desencadeiam e como se efetivam. Utilizam da pesquisa documental, formulários e entrevistas com assistentes sociais.

No decorrer do artigo pontuam que a livre circulação dos cidadãos da União Europeia e internacionalização da formação superior (processo de Bolonha), motivam a emigração dos diplomados, tornando-se estes força de trabalho qualificada e excedente diante da crise do capital, como destacam:

A crise econômica de 2008 agravou a situação do desemprego que, desde os anos 1970, já agudizava a sua vulgar feição estrutural em todos os cantos onde o modo de produção capitalista se espalhou. Segundo o relatório Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2014), o número de desempregados no mundo aumentou 5 milhões, em 2013, superando o total de 202 milhões de pessoas. Nesse ano, 23 milhões de trabalhadores abandonaram o mercado, e estima-se que até 2018 o número de pessoas em busca de trabalho aumentará em mais de 13 milhões. Ainda segundo o relatório, na região da União Europeia (UE), no segundo trimestre de 2013 registraram-se sinais de recuperação da atividade econômica, porém isto não se traduziu em empregos. Nas economias desenvolvidas e na UE encontravam-se 45,2 milhões de pessoas desempregadas, sendo que 18,3% eram jovens (CASTRO; TOMÉ; CARRARA, 2015, p. 98-99).

Ainda frente à reorganização do trabalho com a acumulação flexível neoliberal os emigrantes têm que lidar com a escassez da força de trabalho e a precarização, indicando como uma tendência a resposta do desemprego o estágio-emprego, caracterizando-se em uma precariedade permanente, ainda enfatizam a questão do processo formativo e as medidas de austeridade:

[...] a formação vem, tendencialmente, respondendo às demandas técnico-administrativas das atuais políticas focalistas, assistencialistas e emergenciais. [...] as medidas de austeridade como: cortes nos vencimentos e pensões, redução do número de dirigentes e funcionários públicos, corte do valor das indenizações por despedimento no setor privado, corte nos subsídios de doença e desemprego,



aumento dos impostos, aumento da jornada de trabalho, redução de feriados e de dias de férias e alargamento dos bancos de horas, aumento dos impostos sobre os rendimentos do trabalho, corte no financiamento da saúde e no setor dos medicamentos, com aumento das taxas moderadoras pagas nos serviços públicos de saúde, aumento dos preços da energia e gás, cortes orçamentais em todos os níveis de ensino (básico, secundário e superior), encerramento de serviços públicos da justiça, saúde, educação, medidas essas que consolidaram os processos de privatização com o agravamento do desemprego e do empobrecimento da população portuguesa. Os registos oficiais escamoteiam a real situação de desemprego, seja porque os diplomados se inserem no trabalho informal, temporário e precário, ou em formação profissional, seja tão só por não verem benefícios na inscrição no IEFP. Conforme Martins (2010), em finais dos anos 1990, o desemprego dos assistentes sociais em Portugal era residual. A partir de meados da primeira década do século XXI deixa de ser. A situação socioprofissional dos assistentes sociais, tanto dos empregados como dos desempregados, tem vindo a agravar-se nos últimos anos (CASTRO; TOMÉ; CARRARA, 2015, p. 108-110).

As autoras trazem na síntese do estudo sobre a emigração e o processo de Bolonha as seguintes questões: a evidência da crise capitalista; a diminuição de políticas públicas e sua focalização; o aumento do desemprego e medidas protecionistas do Estado; falta de regulamentação da profissão do Serviço Social em Portugal, acarretando maior fragilidade dos profissionais.

Sousa e Macedo (2016) tecem reflexões acerca dos fluxos migratórios e sua relação com o tráfico de mulheres, bem como o processo de feminização da pobreza no Brasil, por meio de revisão de literatura e experiências de militância junto ao Movimento Feminista. Realizam problematizações acerca do corpo das mulheres ser transformado em mercadoria no modo de produção capitalista. Saliendam também o contexto restritivo vivenciado pelas migrações internacionais “[...] os países estão adotando medidas cada vez mais rígidas e severas, ultrapassando as situações de deportação, inadmissão ou repatriamento dos indivíduos indesejados” (SOUSA; MACEDO, 2016, p. 68), indicando enquanto expressão desta restrição a criminalização da migração indocumentada.

Os autores reiteram que os migrantes, “[...] em especial do sexo feminino, estão sujeitas/os às mais diversas opressões, principalmente, quando do cerceamento da liberdade potencializado pelas situações de violência e exploração [...]” (SOUSA; MACEDO, 2016, p. 67).

Sousa e Macedo (2016) também relatam que no decorrer do processo histórico a migração feminina esteve relacionada à chamada reunificação familiar, na contemporaneidade, existem outras expressões desse fluxo, uma vez que se verifica o crescimento do número de mulheres que se deslocam sozinhas com um projeto migratório ancorado na busca por trabalho. As mudanças nos fluxos de mulheres têm se relacionado sobretudo a ampliação de demandas por trabalho doméstico, o que exige mão de obra feminina para serviços de limpeza e cuidados de crianças e idosos, funções tradicionalmente impostas às mulheres.

A conclusão do artigo indica a urgência do Estado tomar para si a responsabilidade



de executar políticas públicas que possibilitem “[...] condições igualitárias de oportunidades no mercado de trabalho, na política e em todas as esferas da tessitura da vida social” (SOUSA; MACEDO, 2016, p. 75), procurando reverter a histórica desigualdade entre mulheres e homens.

Bettioli Lanza, Santos e Rodrigues (2016) tem como objetivo neste artigo analisar as políticas estatais e estaduais (estado do Paraná) direcionadas a imigrantes, se utilizando da pesquisa documental de caráter qualitativo.

Através do levantamento realizado problematizam o pouco investimento nas políticas sociais referente às necessidades dos imigrantes; consistindo em ações focalizadas, que não correspondem às demandas trazidas pelos imigrantes. No interior da discussão recomendam a capacitação dos profissionais das políticas de assistência social e saúde, para que possam compreender as particularidades dos imigrantes enquanto usuários dos serviços.

De acordo com as autoras, majoritariamente o acolhimento dos imigrantes é realizado pelas Cáritas Arquidiocesanas. Apresentam também que múltiplos aspectos dificultam o cotidiano dos imigrantes, citando a burocratização, a morosidade na documentação, a fragilidade na proteção e na acolhida, além, de concluir que mesmo os imigrantes tendo formação superior ocupam cargos inferiores.

Segundo Bettioli Lanza, Santos e Rodrigues (2016) predomina a lógica utilitarista referente aos imigrantes, vistos apenas como força de trabalho contrariando a lógica de cidadania que o Brasil alega sustentar. As autoras ainda sinalizam a importância da participação tanto de profissionais quanto da sociedade, no debate acerca da temática da imigração, sendo necessário considerar as particularidades dos imigrantes enquanto sujeitos e considerar o território como fundamental para conhecer a dinâmica seja cultural, econômica e social dos sujeitos presentes nestes.

As autoras Silva, Queiróz e Ferreira (2016) voltam-se para a discussão das políticas migratórias restritivas, adotadas na contemporaneidade pelos países centrais e países periféricos. Constroem suas reflexões a partir de pesquisa documental de dados estatísticos e de políticas migratórias de alguns dos principais países receptores de imigrantes.

De acordo com as autoras, o volume de capital financeiro cresce irracionalmente em comparação ao valor do trabalho, destacando o projeto neoliberal, reestruturação do modo de produção capitalista, a privatização dos patrimônios públicos cedendo aos investimentos privados e mundializados. Complementam indicando a conjuntura de repressão dos movimentos sindicais, com vistas a retirada de direitos dos trabalhadores, aprofundando as desigualdades sociais.

Com relação as imigrações:



Estima-se que o número total de imigrantes internacionais em 2013 era de 232 milhões de pessoas ou 3,2 % da população mundial (UN, 2013). Este número não provocaria tantas controvérsias e debates se não fosse pelo fato de que a maioria destes imigrantes (entre 147 e 174 milhões) procede de países pobres, que elegem como comunidade de destino os países ricos (OIM, 2013) (SILVA; QUEIRÓZ; FERREIRA, 2016, p. 44).

Ainda é abordado pelas autoras que a crise econômica financeira de 2007, especialmente nos países europeus, e, a guerra civil na Síria, influenciaram a ampliação do fluxo migratório internacional, além, de evidenciar, que o desemprego é o principal motivador deste, pois, durante períodos de recessão econômica ocorre conseqüentemente o aumento do desemprego. As autoras finalizam, indicando que o imigrante aceito e desejado pelos países são os altamente qualificados, já os demais, enfrentam inúmeras barreiras e preconceitos nessa trajetória, sendo as políticas migratórias uma delas.

Silva, Ugoski e Dravanz (2017) problematizam as particularidades dos cidadãos transfronteiriços das cidades gêmeas do Rio Grande do Sul. Estes sujeitos, devido à ausência de legislações, não são reconhecidos como brasileiros, não podendo ser atendidos pela política de assistência social e quando são atendidos, este atendimento ocorre informalmente. Indicam uma defasagem na política de assistência social por estes não serem reconhecidos enquanto usuários dos serviços. O artigo é fruto de pesquisa documental e, empírica, na qual a coleta de dados se deu por meio de *workshops* e entrevistas com os profissionais.

Referente à política de assistência social, apontam que esta é fundamental na prevenção e proteção social, porém, é necessária a criação de normativas que incluam os transfronteiriços. Foi colocado que para acessar benefícios oriundos do Programa Bolsa Família, Benefício Prestação Continuada ou até mesmo o Cadastro Único se exige comprovante de residência fixa no Brasil, o qual na situação dos transfronteiriços não se torna possível devido a sua condição geográfica.

Ainda deixam evidente que os profissionais fazem o atendimento no plantão social, porém, devido não poderem registrar os atendimentos, não podem tencionar ampliação nos investimentos estatais, uma vez que não se como usuários dos serviços os transfronteiriços.

As autoras concluem que se faz primordial a criação de normativas que incluam os transfronteiriços indocumentados, pois, as cidades gêmeas possuem suas particularidades geográficas e devem ser reconhecidas como tal, ainda deixam evidente que os profissionais do Sistema Único de Assistência Social devem tencionar para a realização de acordos binacionais para que os transfronteiriços possam ser reconhecidos como sujeitos que são usuários da política de assistência social e ainda que o conceito de cidadania deve ser entendido no sentido amplo abordando o ser social em sua totalidade.

Bettiol Lanza, Faquin e Ribeiro (2018) tem por objetivo investigar como ocorrem as



intervenções profissionais no âmbito das políticas de seguridade social no Brasil referente aos imigrantes, tendo como recorte espacial, cinco municípios da Região Metropolitana de Londrina/PR, sendo a pesquisa de caráter empírico com a realização de nove entrevistas com os trabalhadores das políticas de seguridade social e análise de sessenta formulários dirigidos aos imigrantes.

Acerca dos profissionais que atuam nas políticas de seguridade social, as autoras sinalizam um despreparo concernente ao conhecimento da presença os imigrantes nos territórios, dificuldades relacionadas a linguagem/idioma e uma tendência na prestação de um atendimento homogêneo, desconsiderando as particularidades dos imigrantes enquanto sujeitos. Em relação as políticas em si, indicam que estas são focalistas e individualistas, entendidas como paliativas não atendendo ao objetivo de universalidade.

Apontam como síntese da análise a necessidade de um investimento maior do Estado em relação às políticas sociais e que os profissionais tenham um maior comprometimento em relação aos atendimentos realizados junto a imigrantes, levando em consideração a singularidade desses sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise dos seis artigos é possível concluir que os autores partem de uma abordagem materialista histórica para a compreensão dos fluxos migratórios internacionais considerando os fatores econômicos, políticos, sociais e culturais. Concernente aos fatores que levam a migração o desemprego é fator predominante, tendo como agravante a crise do capital ocorrida em 2008, além de evidenciar a flexibilização do modo de produção capitalista, a mundialização do capital e a financeirização.

A problemática da seguridade social brasileira é trazida pelos autores como fundamental na efetivação de direitos sociais, no que tange aos imigrantes é necessário mudanças tanto na capacitação profissional como na criação de normativas que correspondam às particularidades destes, que devem ser reconhecidos enquanto sujeitos de direitos e cidadãos em sua totalidade, não estando limitados a concepção tradicional de cidadania baseada somente a nacionalidade. Porém correspondente ao objetivo da pesquisa nota-se a ausência da discussão sobre o exercício profissional/imigrantes enquanto público alvo do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. C. et al. Relação entre pobreza e trabalho no Brasil: de seus dilemas na Política de Assistência Social. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, Número Especial, p. 139-160, ago. 2010.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

- BAENINGER, R. Migrações transnacionais de refúgio no Brasil. In: LUSI, C. (Org.). **Migrações internacionais: abordagens de direitos humanos**. Brasília: CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2017. p. 13-29.
- BETTIOL LANZA, L. M.; FAQUIN, E. S.; RIBEIRO, P. B. A. Imigrantes nos territórios: problematizações sobre intervenções profissionais nas políticas de seguridade social. **Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 271-280, maio/ago. 2018.
- BETTIOL LANZA, L. M.; SANTOS, A. B.; RODRIGUES, J. R. Imigração, território e as políticas de seguridade social. **Argumentum**, Vitória, v. 8, n. 3, p. 54-66, set./dez. 2016.
- BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10. ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.
- BOSCHETTI, I. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 54-71, jan./abr. 2017.
- BOURGUIGNON, J. A. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. **Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp, p. 46-54. 2007.
- CASTRO, A. M. M.; TOMÉ, R. M.; CARRARA, V. A. A emigração dos assistentes sociais portugueses: faces do trabalho e do desemprego em tempos de crise e austeridade. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 121, p. 95-124, jan./mar. 2015.
- FAQUIN, E. S.; BETTIOL LANZA, L. M. Imigrantes e seus “Acessos” às Políticas de Seguridade Social: reflexões acerca da Região Metropolitana de Londrina/PR. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, Ano XXI, n. 41, p. 131-154, maio/ago. 2018.
- GUERRA, Y. A. D. et al. Atribuições privativas e competências profissionais do/a assistente social: contribuições ao debate. In: 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2016, Olinda. **Anais [...]**. Olinda: CFESS, 2016.
- HAZEU, M. et al. Peões do transporte e do trecho: mobilidade do trabalho em Barcarena. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, Número Especial, p. 365-375, nov. 2016.
- LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp, p. 37-45. 2007.
- MIRANDA, A. A. B. O conceito de território e as recentes políticas de desenvolvimento rural e suas contradições no estado do Maranhão. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 16, n. 1, p. 123-132, jan./jun. 2012.
- NOGUEIRA, V. M. R. Direitos e cidadania nos processos de integração regional: o caso do Mercosul. In: BOSCHETTI, I. et al (Orgs.). **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 149-173.
- SERNA, A. G. Capitalismo e Agricultura: encruzilhada contemporânea nas áreas rurais da Colômbia. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, Número Especial, p. 193-201, ago. 2010.
- SILVA, M. S.; QUEIRÓZ, I. D.; FERREIRA, V. Mundialização do capital e mobilidade humana: cenários, atores e políticas. **Argumentum**, Vitória, v. 8, n. 3, p. 40-53, set./dez. 2016.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

SILVA, V. R.; UGOSKI, D. R.; DRAVANZ, G. M. G. Negação de Direitos Socioassistenciais para Transfronteiriços Indocumentados: desafios para as cidades gêmeas. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 231-243, jan./jul. 2017.

SOUSA, T. R.; MACEDO, A. C. Fluxos migratórios, tráfico de mulheres e feminização da pobreza. **Argumentum**, Vitória, v. 8, n. 3, p. 67-77, set./dez. 2016.

SOUZA, A. M. de et al. Particularidades contemporâneas do exercício profissional do assistente social junto a imigrantes: aproximações acerca dos municípios de Londrina/PR e Cambé/PR. *In*: I Colóquio Internacional de Pesquisas e Estudos Migratórios, 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2018. p. 338-354.

SOUZA, C. L. S. Questão agrária, migração temporária e superexploração: uma síntese a partir do Vale do Jequitinhonha. **Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 611-620, set./dez. 2018.

TORRES, M. M. Exercício profissional do assistente social: analisando a dimensão técnico-operativa e as atividades desenvolvidas. *In*: I Colóquio Internacional/IV Colóquio Nacional sobre o trabalho da/do assistente social, 2017, Maceió. **Anais [...]**. Maceió: EDUFAL, 2017. p. 01-17.

VILLEN, P. **Imigração na modernização dependente: “braços civilizatórios” e a atual configuração polarizada**. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

YAZBEK, M. C. O desafio da defesa das Políticas Públicas para o Serviço Social. **Argumentum**, Vitória, v. 8, n. 1, p. 06-13, jan./abr. 2016.